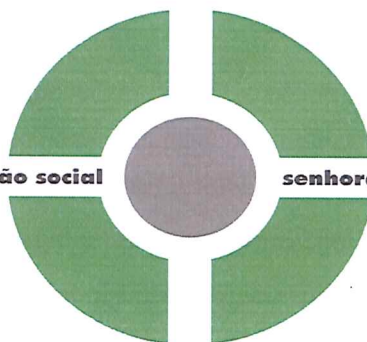


CIVAS

centro de infância, velhice e acção social



senhora da hora

h
A
S
H

***RELATÓRIO
E
CONTAS
2025***

Índice

Constituição dos Corpos Sociais	4
Relatório da Direção.....	5
Balanço	10
Demonstração dos Resultados por Naturezas	11
Demonstração dos Resultados por Naturezas (comparativo realizado/orçamentado).....	12
Demonstração dos Resultados por Naturezas (por Resposta Social).....	13
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	14
Demonstração dos Fluxos de Caixa	16
Anexo	17
1. Identificação da Entidade	17
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	17
3. Principais Políticas Contabilísticas	18
3.1. Bases de Apresentação	18
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	19
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	23
5. Ativos Fixos Tangíveis	23
6. Clientes e Utentes.....	24
7. Associados/membros	25
8. Outras contas a receber	25
9. Diferimentos	25
10. Caixa e depósitos bancários.....	25
11. Fundos patrimoniais	26
12. Outras variações nos fundos patrimoniais	26
13. Fornecedores	26
14. Adiantamentos de clientes	26
15. Estado e outros Entes Públicos.....	26
16. Outras contas a pagar	27
17. Vendas e serviços prestados.....	27
18. Subsídios, doações e legados à exploração	27
19. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	27
20. Fornecimentos e serviços externos	28
21. Gastos com o pessoal	28

22. Outros rendimentos	29
23. Outros gastos.....	29
24. Resultados financeiros.....	29
25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	29
26. Acontecimentos após data de Balanço	30



Constituição dos Corpos Sociais a 31-12-2025

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE: José Teixeira

1º SECRETÁRIO: Rui Marco Cid Martins

2º SECRETÁRIO: Paula Manuela da Silva Gonçalves da Cruz Duarte

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Amândio Dias Madeira

SECRETÁRIO: Rui Pedro da Silva Lemos

VOGAL: Carlos da Silva Correia

DIREÇÃO

PRESIDENTE: Guilherme do Nascimento de Macedo Vilaverde

SECRETÁRIO: António Manuel da Mota Sousa Machado

TESOUREIRO: António José de Carvalho Valente

VOGAL: Susana Alexandra dos Reis Teixeira

VOGAL: Marta Luísa da Costa Pereira Dias

Relatório da Direção

Exercício Social 2025

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento do que se encontra preceituado na alínea b) do n.º 2 do art.º 29º dos Estatutos do CIVAS e legislação aplicável, vem a Direção submeter à apreciação dos senhores associados o Relatório, Balanço e Contas referentes ao exercício social de 2025, bem como a respetiva Proposta de Aplicação dos Resultados obtidos.

1. INTRODUÇÃO

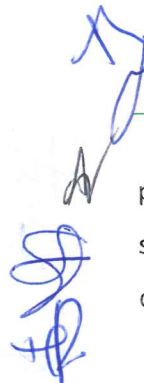
O presente Relatório e Contas apresenta uma síntese da atividade desenvolvida pelo CIVAS em 2025, em consonância com o Plano de Atividades aprovado, evidenciando o nível de execução das ações, os recursos mobilizados e a eficiência dos serviços prestados. Ao longo do ano, manteve-se uma gestão rigorosa, orientada para a qualidade, a sustentabilidade e a adaptação ao contexto atual.

O ano de 2025 foi, de alguma forma, um ano marcante para a Instituição. Após 35 anos, cessámos o Acordo de Cooperação celebrado com a Segurança Social no âmbito da resposta de Creche Familiar (amas domiciliárias).

Tratava-se de uma resposta atípica, cujo funcionamento estava sujeito a critérios legais específicos e a exigências técnicas próprias. A falta de atualização da legislação que a enquadrava, bem como a escassez de amas com formação e licença para o exercício da atividade, conduziu-nos, de forma gradual e em articulação com a Segurança Social, à cessação do respetivo Acordo de Cooperação.

Com o término desta resposta social, o CIVAS deu continuidade à sua atividade através de cinco respostas sociais, duas na área da infância e três na área da terceira idade. Todas estas respostas funcionam com Acordo de Cooperação celebrado com a Segurança Social, abrangendo a totalidade ou parte da sua capacidade instalada.

Não obstante a pressão a que, em determinados momentos, estivemos sujeitos, soubemos abstrair-nos dos problemas, centrando a nossa atenção naquilo que consideramos serem os



pilares que sustentam a organização. Trabalhámos sempre com o pressuposto da máxima satisfação das expectativas e necessidades dos nossos utentes, mantendo-os, em primeira linha, como a nossa principal prioridade.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A política de apoio às crianças e idosos, desde o início delineado, continuou a caracterizar-se por um crescimento das atividades desenvolvidas de acordo com o previsto no plano de atividades para 2025, nomeadamente:

- Iniciámos uma nova atividade dirigida às crianças do Pré-Escolar - Música - integrada no conjunto de atividades extracurriculares lecionadas por técnicos especializados;
- Desenvolvemos atividades de índole desportiva e de cariz criativo e artístico;
- Promovemos encontros intergeracionais entre idosos institucionalizados e a comunidade;
- Implementámos atividades de estimulação cognitiva e motora nas respostas da terceira idade. Com financiamento da Câmara Municipal de Matosinhos, iniciámos a atividade de Boccia direcionada aos utentes do Centro de Dia;
- Celebração de datas festivas e dias comemorativos, com atividades lúdicas, culturais e pedagógicas envolvendo crianças, idosos e as famílias.

3. OUTROS ACONTECIMENTOS RELEVANTES

No decurso da atividade operacional destacam-se:

- Acordos de Cooperação com a Segurança Social: pelos motivos já mencionados, cessámos o Acordo de Cooperação relativo à Resposta de Creche Familiar. Apesar de a revisão do Acordo de SAD ter sido solicitada aos serviços competentes da Segurança Social em 2022, a mesma ainda não se concretizou;
- Consignação de 0,5% do IRS liquidado: Em 2025 recebemos 3.740,88€ referentes ao IRS liquidado pelos contribuintes em 2024. Agradecemos desde já a generosidade de todos os que contribuíram com a sua quota-parte;
- Donativos: Não poderíamos deixar de destacar o contributo de empresas e particulares através de doações em numerário. No ano de 2025, o valor recebido foi de 5.259,52€.
- De forma a dar cumprimento às exigências legais no âmbito das Medidas de Autoproteção, adjudicámos a uma empresa especializada a atualização dos Planos de Emergência e de

Formação, bem como a submissão das Medidas de Autoproteção à ANEPC para emissão de parecer.

4. INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Relativamente às infraestruturas e equipamentos, para além da manutenção contínua dos nossos equipamentos sociais, realizada exclusivamente pelo nosso pessoal de manutenção, foi necessário recorrer a empresas externas para as seguintes intervenções:

- Com o objetivo de colmatar infiltrações de água causadas pelas chuvas, resultantes do desgaste do material devido à sua antiguidade, foi realizada a reabilitação do terraço do Lar de Idosos, com a substituição da tela em metade do espaço;
- Devido à corrosão, procedemos à substituição do depósito hidropressor por outro em inox no Lar de Idosos;
- Por avaria do acumulador de água quente, adquirimos um novo equipamento para o polo da Infância;
- Por não reunirem os requisitos necessários para suportar as atualizações da Microsoft, substituímos seis computadores utilizados pelo pessoal técnico do Lar;
- Ainda por desgaste ou para complementar os equipamentos existentes, adquirimos outros equipamentos de apoio aos espaços de trabalho no Lar.

Um investimento que se concretizou, totalmente suportado pela Câmara Municipal de Matosinhos, foi a inauguração da tão ambicionada sala polivalente no Polo da Infância, destinada à realização de atividades extracurriculares.

Estes e outros investimentos, não detalhados individualmente, ascenderam a um valor total de 50.500,00€, refletindo o compromisso contínuo da Instituição com a melhoria das infraestruturas e a qualidade dos serviços prestados.

Finalmente, pela necessidade de atualização dos espaços hoje destinados ao Centro de Dia, desenvolvemos e continuamos em curso diligências junto da Câmara Municipal com o objetivo de conseguirmos uma adequada adaptação e modificação das condições disponíveis no Palacete.

5. RECURSOS HUMANOS

A gestão de pessoas manteve o enfoque no equilíbrio entre as necessidades institucionais e as operações diárias, com reforços pontuais e substituições decorrentes de saídas ou ausências.

Também demos continuidade aos projetos do IEPF enquadrados nas medidas dos Contratos Emprego Inserção e Mais Ativação.

Relativamente à formação do pessoal, foram ministradas aos colaboradores diversas ações de formação, interna e externa, de forma a atualizarem os seus conhecimentos e aumentarem o nível dos serviços prestados aos nossos utentes.

6. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

O nosso site, www.civas.pt, continuou a ser um importante meio de divulgação da nossa ação social. Em 2025, demos início à criação de uma newsletter comum aos três polos de serviço da Instituição, de publicação trimestral. Através deste canal, pretendemos dar a conhecer as atividades diárias desenvolvidas com as nossas crianças e idosos, promovendo maior proximidade com a comunidade e valorizando o trabalho realizado.

7. OUTRAS INFORMAÇÕES REQUERIDAS

O CIVAS não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária, ao Instituto de Segurança Social e a quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

8. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO PERÍODO

Após o encerramento do período e até à presente data não se verificaram acontecimentos subsequentes a divulgar ou a reconhecer que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as nossas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

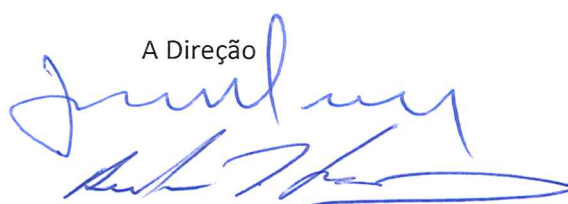
O Resultado Líquido do Período de 2025 foi de 147.635,36€, montante que propomos seja levado à conta de Resultado Transitados.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Reiteramos o nosso agradecimento aos sócios, colaboradores, voluntários e parceiros pelo empenho constante na prossecução da missão do CIVAS, reconhecendo que os resultados alcançados são o reflexo direto do seu compromisso diário com a comunidade que servimos.

Senhora da Hora, 02 de março de 2026

A Direção



Valent

Sónia Reis Teixeira

Fauk R.

Balção

Em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2025	31-12-2024
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	2 110 970,76	2 179 938,87	
Subtotal		2 110 970,76	2 179 938,87	
Ativo corrente				
Clientes e utentes	6	341,07	125,34	
Associados/membros	7	100,00	-	
Outras contas a receber	8	32 404,39	25 675,54	
Diferimentos	9	7 343,34	8 804,98	
Caixa e depósitos bancários	10	1 316 980,00	1 120 654,67	
Subtotal		1 357 168,80	1 155 260,53	
Total do Ativo		3 468 139,56	3 335 199,40	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	11	7 878,44	7 878,44	
Resultados transitados	11	1 835 858,79	1 782 505,41	
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	1 119 605,82	1 155 904,17	
Resultado Líquido do período	11	147 635,36	53 353,38	
Total do fundo do capital		3 110 978,41	2 999 641,40	
Passivo				
Passivo não corrente		-	-	
Subtotal		-	-	
Passivo corrente				
Fornecedores	13	40 317,66	42 301,32	
Adiantamentos de clientes	14	7 322,29	10 055,07	
Estado e outros Entes Públicos	15	40 698,42	40 535,27	
Associados/membros	7	20,00	-	
Outras contas a pagar	16	268 802,78	242 666,34	
Subtotal		357 161,15	335 558,00	
Total do passivo		357 161,15	335 558,00	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 468 139,56	3 335 199,40	

A Contabilista Certificada

S. Gomes
62255

A Direção

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
Susana Reis Teixeira
[Assinatura]

Página 11

A Contabilista Certificada

Shomro
62255

A Direção

A Direção

[Handwritten signature]

Avaliada

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

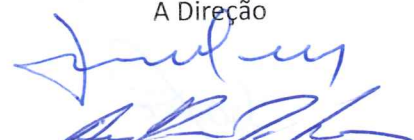
Demonstração dos Resultados por Naturezas
(comparativo realizado / orçamentado)
Período findo em 31 de dezembro de 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	2025		
	Realizado	Orçamentado	Desvios
Vendas e serviços prestados	2 424 613,97	2 290 417,44	134 196,53
Subsídios, doações e legados à exploração	74 953,15	67 391,48	7 561,67
Custo dos inventários vendidos e das matérias consumidas	(93 648,85)	(85 800,00)	(7 848,85)
Fornecimentos e serviços externos	(569 861,44)	(554 854,87)	(15 006,57)
Gastos com o pessoal	(1 713 922,27)	(1 708 927,75)	(4 994,52)
Outros rendimentos	114 709,00	78 840,85	35 868,15
Outros gastos	(4 787,81)	(515,00)	(4 272,81)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	232 055,75	86 552,15	145 503,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(104 287,31)	(103 961,83)	(325,48)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	127 768,44	(17 409,68)	145 178,12
Juros e rendimentos similares obtidos	19 866,92	18 000,00	1 866,92
Resultados antes de impostos	147 635,36	590,32	147 045,04
Resultado líquido do período	147 635,36	590,32	147 045,04

A Contabilista Certificada


62255

A Direção


Aleu

Susana Reis Teixeira
fauk2025

Demonstração dos Resultados por Naturezas (por resposta social)
Período findo em 31 de dezembro de 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	RESPOSTAS SOCIAIS							
	C. FAMILIAR	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	C. DIA	SAD	ERPI	AT. SENIORES	2025
Vendas e serviços prestados	52 881,54	260 135,10	372 437,17	162 426,81	348 917,54	1 225 943,81	1 872,00	2 424 613,97
Subsídios, doações e legados à exploração	-	11 810,13	40 946,44	3 100,00	-	19 096,58	-	74 953,15
Custo dos inventários vendidos e das matérias consumidas	-	(17 236,65)	(40 219,13)	(2 831,76)	-	(33 361,31)	-	(93 648,85)
Fornecimentos e serviços externos	(49 373,19)	(17 037,01)	(42 207,85)	(50 141,32)	(64 155,11)	(346 646,43)	(300,53)	(569 861,44)
Gastos com o pessoal	(2 798,09)	(211 356,25)	(365 943,89)	(106 813,79)	(208 294,98)	(818 087,28)	(627,99)	(1 713 922,27)
Outros rendimentos	720,00	7 429,03	39 273,19	8 428,14	9 630,27	48 321,12	907,25	114 709,00
Outros gastos	(1 052,98)	(416,97)	(772,06)	(273,19)	(386,46)	(1 884,96)	(1,19)	(4 787,81)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	377,28	33 327,38	3 513,87	13 894,89	85 711,26	93 381,53	1 849,54	232 055,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	(1 379,71)	(3 282,64)	(13 342,35)	(9 312,36)	(74 331,50)	(2 638,75)	(104 287,31)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	377,28	31 947,67	231,23	552,54	76 398,90	19 050,03	(789,21)	127 768,44
Juros e rendimentos similares obtidos	397,34	2 185,36	3 377,38	1 390,68	2 781,37	9 734,79	-	19 866,92
Resultados antes de impostos	774,62	34 133,03	3 608,61	1 943,22	79 180,27	28 784,82	(789,21)	147 635,36
Resultado líquido do período	774,62	34 133,03	3 608,61	1 943,22	79 180,27	28 784,82	(789,21)	147 635,36

A Contabilista Certificada

A Direção

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Período findo em 31 de dezembro de 2024

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
1	1	7 878,44	-	1 777 941,71	1 167 202,52	4 563,70	2 957 586,37
2	11			4 563,70	(36 298,35)	(4 563,70)	(36 298,35)
3	11			4 563,70	(36 298,35)	(4 563,70)	(36 298,35)
4=2+3						53 353,38	53 353,38
						48 789,68	17 055,03
					25 000,00		25 000,00
	5	-	-	-	25 000,00	-	25 000,00
6=1+2+3+5		7 878,44	-	1 782 505,41	1 155 904,17	53 353,38	2 999 641,40

A Contabilista Certificada

62235

A Direção

62235

62235

62235

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios
Período findo em 31 de dezembro de 2025

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
6	6	7 878,44	-	1 782 505,41	1 155 904,17	53 353,38	2 999 641,40
11	11			53 353,38	(36 298,35)	(53 353,38)	(36 298,35)
7	7			53 353,38	(36 298,35)	(53 353,38)	(36 298,35)
8	11					147 635,36	147 635,36
9=7+8	9=7+8					94 281,98	111 337,01
10	10						
6+7+8+10	6+7+8+10	7 878,44	-	1 835 858,79	1 119 605,82	147 635,36	3 110 978,41

A Contabilista Certificada

A Direção

Demonstração dos Fluxos de Caixa

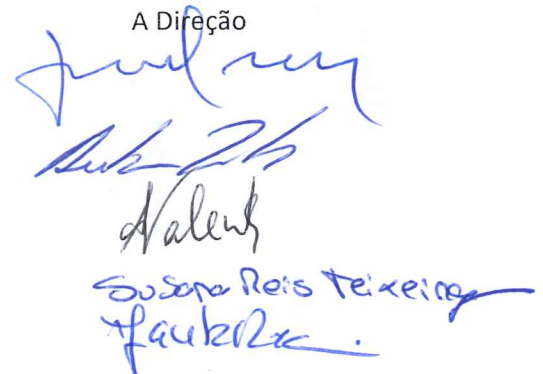
Período findo em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		2 459 051,37	1 220 817,17
Pagamento a fornecedores		(608 090,87)	(606 627,26)
Pagamentos ao pessoal		(1 693 143,20)	(1 625 522,79)
Caixa gerada pelas operações		157 817,30	(1 011 332,88)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		53 555,61	1 101 249,88
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		211 372,91	89 917,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(35 319,20)	(104 076,47)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		404,70	150,00
Juros e rendimentos similares		19 866,92	27 211,96
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(15 047,58)	(76 714,51)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Amortizações Contratos Locação Financeira			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		196 325,33	13 202,49
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	1 120 654,67	1 107 452,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	1 316 980,00	1 120 654,67

A Contabilista Certificada



A Direção



Anexo

Período findo em 31 de dezembro de 2025

1. Identificação da Entidade

O CIVAS – Centro de Infância, Velhice e Ação Social da Senhora da Hora de é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Portal da Justiça em 22 de março de 2017, com sede na Av. Fabril do Norte, 717 4460-314 Senhora da Hora. Tem como atividade principal o apoio à Infância e 3ª Idade para que possa prosseguir os objetivos principais – a promoção e divulgação de atividades do âmbito da Segurança Social, nomeadamente:

- Creche Familiar;
- Creche;
- Pré-Escolar;
- Centro de Dia;
- SAD (Serviço de Apoio Domiciliário);
- ERPI (Estrutura Residencial para Idosos).

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Outras contas a receber e a pagar*" (Notas 8 e 16) e "*Diferimentos*" (Nota 9).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	Entre 6 e 50
Equipamento básico	Entre 4 e 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	Entre 3 e 6
Outros Ativos fixos tangíveis	Entre 4 e 6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, encontrando-se relevadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

3.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.5. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *Revogada;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram a isenção;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos*

impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 17% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. No entanto, a entidade não possui rendimentos nestas condições.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	Saldo em 01-jan-2024	Aquisições	Abates	Saldo em 31-dez-2024
Custo				
Terrenos e recursos naturais	70 832,00			70 832,00
Edifícios e outras construções	3 280 342,97	66 596,60		3 346 939,57
Equipamento básico	191 789,27		(8 943,48)	182 845,79
Equipamento de transporte	117 073,41	36 220,77	(12 092,61)	141 201,57
Equipamento administrativo	120 676,60		(1 118,31)	119 558,29
Outros ativos fixos tangíveis	86 853,81	1 259,10	(4 632,58)	83 480,33
Total	3 867 568,06	104 076,47	(26 786,98)	3 944 857,55
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	1 201 627,50	84 147,26		1 285 774,76
Equipamento básico	182 444,52	2 254,36	(8 943,48)	175 755,40
Equipamento de transporte	117 073,41	9 055,19	(12 092,61)	114 035,99
Equipamento administrativo	118 044,87	1 293,93	(1 118,31)	118 220,49
Outros ativos fixos tangíveis	67 321,96	8 442,66	(4 632,58)	71 132,04
Total	1 686 512,26	105 193,40	(26 786,98)	1 764 918,68

Descrição	Saldo em 01-jan-2025	Aquisições	Abates	Saldo em 31-dez-2025
Custo				
Terrenos e recursos naturais	70 832,00			70 832,00
Edifícios e outras construções	3 346 939,57	23 776,52		3 370 716,09
Equipamento básico	182 845,79	8 537,09	(779,25)	190 603,63
Equipamento de transporte	141 201,57			141 201,57
Equipamento administrativo	119 558,29	2 782,34	(6 438,14)	115 902,49
Outros ativos fixos tangíveis	83 480,33	223,25	(3 168,74)	80 534,84
Total	3 944 857,55	35 319,20	(10 386,13)	3 969 790,62
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	1 285 774,76	82 544,43		1 368 319,19
Equipamento básico	175 755,40	2 956,26	(779,25)	177 932,41
Equipamento de transporte	114 035,99	9 055,19		123 091,18
Equipamento administrativo	118 220,49	1 641,05	(6 438,14)	113 423,40
Outros ativos fixos tangíveis	71 132,04	8 090,38	(3 168,74)	76 053,68
Total	1 764 918,68	104 287,31	(10 386,13)	1 858 819,86

6. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c	341,07	125,34
Utentes	341,07	125,34
Total	341,07	125,34

Nos períodos de 2025 e 2024 não se verificaram situações de “*Perdas por Imparidade*”.

7. Associados/membros

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Quotas	100,00	-
Total	100,00	-
Passivo		
Quotas	20,00	-
Total	20,00	-

8. Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos ao pessoal	-	54,23
Devedores por acréscimos de rendimentos	23 977,83	17 968,31
Outros Devedores	8 426,56	7 653,00
Total	32 404,39	25 675,54

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 472,46	1 665,46
Subsídio Alimentação Amas	-	1 360,00
Outros	5 870,88	5 779,52
Total	7 343,34	8 804,98

10. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	433,36	415,27
Depósitos à ordem	166 546,64	170 239,40
Depósitos a prazo	1 150 000,00	950 000,00
Total	1 316 980,00	1 120 654,67

11. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2025
Fundos	7 878,44			7 878,44
Resultados transitados	1 782 505,41	53 353,38		1 835 858,79
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 155 904,17		36 298,35	1 119 605,82
Resultado Líquido do Período	53 353,38	94 281,98		147 635,36
Total	2 999 641,40	147 635,36	36 298,35	3 110 978,41

12. Outras variações nos fundos patrimoniais

O saldo desta rubrica, em 2025, apresentava-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2025
Subsídios ao investimento	985 958,88	-	36 298,35	949 660,53
Doações	169 945,29	-	-	169 945,29
Total	1 155 904,17	-	36 298,35	1 119 605,82

13. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	40 317,66	42 301,32
Total	40 317,66	42 301,32

14. Adiantamentos de clientes

Nesta rubrica estão registados os adiantamentos efetuados por clientes por conta de vendas e prestação de serviços.

15. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	7 194,40	7 492,50
Segurança Social	33 504,02	33 042,77
Total	40 698,42	40 535,27

16. Outras contas a pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
	Corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	249 104,72	228 488,80
Outros credores por acréscimos de gastos	15 249,59	9 724,81
Outros credores	4 448,47	4 452,73
Total	268 802,78	242 666,34

17. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas" e "Serviços Prestados:"

Vendas:

Descrição	2025	2024
Materiais de consumo	37 360,91	30 929,18
Total	37 360,91	30 929,18

Serviços prestados:

Descrição	2025	2024
Quotas dos utilizadores	1 234 427,40	1 151 706,86
Acordos Cooperação c/ Seg. Social	1 144 740,66	1 129 766,43
Quotas e Jóias	8 085,00	8 150,00
Total	2 387 253,06	2 289 623,29

18. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	69 693,63	32 290,25
Doações (númerário)	5 259,52	6 067,69
Total	74 953,15	38 357,94

19. Custo dos inventários vendidos e das matérias consumidas

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas" apresentavam os seguintes valores:

Descrição	2025	2024
Inventário Inicial	-	-
Compras	93 648,85	82 501,45
Inventário Final	-	-
CMVMC	93 648,85	82 501,45

A instituição adquire os seus produtos para consumo imediato. Como tal, eventuais stocks que existam, no final do exercício, nunca terão um valor materialmente relevante que possa influenciar o resultado e, por outro lado, não acrescentam qualquer informação adicional aos utilizadores da informação financeira.

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	259 853,13	241 322,84
Serviços especializados	83 703,63	143 082,10
Materiais	6 249,47	5 170,22
Energia e fluidos	108 359,12	99 253,60
Deslocações, estadas e transportes	473,75	500,81
Serviços diversos (*)	111 222,34	131 212,14
Limpeza, Higiene e Conforto	36 493,37	35 052,33
Sub. Alimentação Amas	9 477,50	30 324,89
Rendas e Alugueres	8 976,40	9 880,65
Total	569 861,44	620 541,71

(*) Discriminadas as três rubricas de maior relevância por ordem decrescente

21. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2025 e 2024, foram 11 em cada um dos períodos. Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 82 em 2025 e em 2024.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao Pessoal	1 371 552,54	1 285 268,41
Indemnizações	1 248,44	14 217,05
Encargos sobre as Remunerações	301 382,12	281 534,93
Seguro de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	20 753,69	18 449,38
Outros Gastos com o Pessoal	18 985,48	26 308,76
Total	1 713 922,27	1 625 778,53

22. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	38 195,91	33 045,90
Descontos de pronto pagamento obtidos	127,14	241,43
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	404,70	150,00
Outros rendimentos (*)	75 981,25	75 366,22
Imputação dos subsídios para o investimento	36 298,35	36 298,35
Restituição de Impostos (IVA + Consignação IRS)	23 880,58	24 874,20
Correcções Relativas a Períodos Anteriores	15 368,66	13 823,89
Total	114 709,00	108 803,55

(*) Discriminadas as três rubricas de maior relevância por ordem decrescente

23. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Taxas	451,87	1 152,00
Outros Gastos (*)	4 335,94	6 405,45
Correcções relativas a períodos anteriores	2 679,61	5 782,09
Outros	1 143,33	110,36
Quotizações	513,00	513,00
Total	4 787,81	7 557,45

(*) Discriminadas as três rubricas de maior relevância por ordem decrescente

24. Resultados financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	19 866,92	27 211,96
Total	19 866,92	27 211,96
Resultados financeiros	19 866,92	27 211,96

25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

26. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção para emissão em 02 e março de 2026.

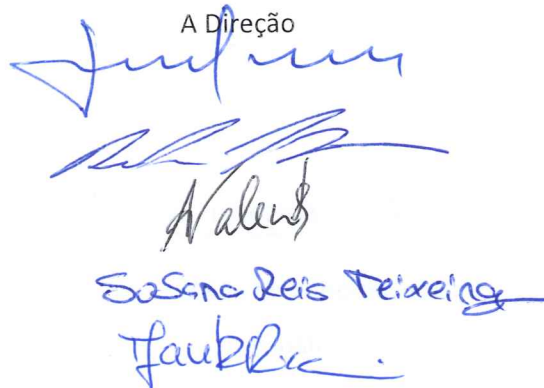
Senhora da Hora, 02 de março de 2026

A Contabilista Certificada



62255

A Direção



Valent
Sociedade de Teixeiros
Faupeux

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento do instituído na alínea b) do art.º 14º do Decreto-Lei nº. 172-A/2014, de 14 de Novembro e da alínea d) do Artigo 43º dos Estatutos desta Associação, o Conselho Fiscal do CIVAS emite o Relatório e dá o seu PARECER, sobre o Relatório, Balanço e Contas da Direção relativas ao Exercício Social de 2025, bem como da proposta apresentada pela Direção para a aplicação do resultado líquido do período, cujos documentos nos foram presentes para análise e estão no site desta instituição (www.civas.pt) para consulta dos senhores associados com vista à sua apreciação, discussão e votação, na Assembleia Geral Ordinária, agendada para o dia 30 do mês de março de 2026 na sede social da mesma.

1.– RELATÓRIO

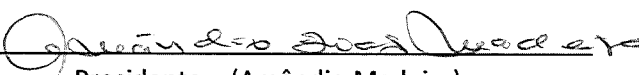
- 1.1 O Conselho Fiscal reuniu periodicamente para acompanhamento e análise das contas no decorrer do exercício social; participou em reuniões de direção e obteve toda a colaboração por parte dos serviços administrativos e financeiros da instituição; analisou o “Relatório e Contas” elaborado pela Direção para o exercício de 2025, tendo constatado que o Relatório demonstra claramente a execução dos principais atos de gestão que visaram satisfazer os objetivos propostos no seu Programa de Ação e Orçamento.
- 1.2 O Relatório da Direção e as demais peças contabilísticas - Balanço, Demonstração dos Resultados e demais mapas presentes e o respetivo anexo -, relativas ao ano de 2025, cumprem a lei e os Estatutos e estão elaboradas segundo as normas SNC-ESNL(Sistema Normalização Contabilística-Entidade Setor Não Lucrativo)- espelhando duma forma clara, o rigor da gestão no global e, em todas as valências sociais, durante o exercício económico a que as mesmas se reportam.

2. – PARECER

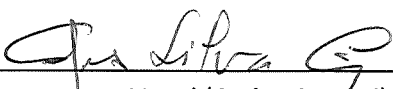
Perante o exposto, o Conselho Fiscal é de parecer, que:

- a) Seja aprovado o relatório apresentado pela Direção referente ao ano de 2025;
- b) Seja aprovado o Balanço e Contas do Exercício Social relativas ao ano de 2025;
- c) Seja aprovada a proposta formulada pela Direção para a aplicação do Resultado Líquido do Período, no montante de 147.635,36€, a levar à conta de Resultados Transitados.

Senhora da Hora, 02 de março de 2026


Presidente – (Amândio Madeira)


Secretário – (Rui Lemos)


Vogal (Carlos Correia)

